



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 28

16.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 28 de dezembro de 2020

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, Joaquim Francisco da Silva Barbas, Anabela Milhinhos (em substituição de Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Maria da Conceição Ceia Miranda, Raúl Cordeiro (em substituição de Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Adriano Dias Pedro, Amândio José Valente e Valente, Fernando António Rebola, José Manuel Pinto Leite, Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, João Manuel Ribeiro Realinho, Pedro Ranheta (em substituição de Rosa Maria Pinheiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Marco Antunes (em substituição de Cristiana Mafalda Silveira Camejo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, Filipe Calha (em substituição de Ana Catarina Vilhais, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), João Manuel Batista Vivas, Luís Miguel Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Francisco José Meira Martins da Silva. -----

O presidente da mesa, Luís Testa, deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e dez minutos. Foi verificada a existência de quórum. Chamou para a mesa José Pinto Leite para o lugar de primeiro secretário e Anabela Milhinhos para segundo secretário.

Intervenção do público

Não houve intervenção do público. -----

Período antes da ordem do dia:

Henrique Santinho solicitou a palavra e, após desejar boas festas a todos, disse ter ouvido nos meios de comunicação social que a Câmara Municipal, na qualidade da senhora presidente, tinha anunciado que tinha atribuído oitenta e quatro cabazes de Natal. Perante tal, gostaria de perceber qual tinha sido o critério utilizado, para que aqueles cabazes tivessem sido entregues e quem tinha sinalizado as freguesias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Sublinhou que, nas zonas rurais, a própria junta era a entidade que representava a freguesia e não o seu, ou a sua, presidente.

Solicitou também à mesa se poderia perguntar aos seus colegas de outras juntas de freguesia, quantos cabazes tinham recebido e se tinha sido a junta de freguesia a sinalizar quem os iria receber, nomeadamente na união de freguesias de Carreiras e Ribeira de Nisa, união de freguesias de Reguengo e São Julião, Alegrete, Alagoa, Urra, e Sé e São Lourenço.

Com a devida autorização, os presidentes das respetivas juntas responderam: Carreiras e Ribeira de Nisa (quatro cabazes); no Reguengo e São Julião foi a junta a sinalizar as pessoas; Alagoa (nenhum cabaz); de Alegrete ainda não estava presente o representante; Urra (nenhum cabaz, nem referenciou ninguém) e, por fim, união da Sé e São Lourenço (nenhum cabaz).

Posto aquilo, disse à presidente da Câmara que sabia que tinham chegado cabazes de Natal à freguesia dos Fortios, da qual era presidente. Supostamente, aqueles cabazes foram sinalizados por quem os tinha levado. Na sua opinião a atitude não ficou bem à presidente da autarquia, nem aos seus boys, porque continuavam a “brincar” com a junta de freguesia dos Fortios.

Lembrou que a pessoa que tinha sinalizado as pessoas carenciadas da sua freguesia já tinha sido duas vezes candidato à junta mas nunca tinha ganho.

Em conclusão, solicitou mais respeito pela freguesia a que presidia, em procedimentos futuros.-----

Jaime Fitas cumprimentou os presentes e desejou boas festas. Perguntou à presidente da Câmara acerca da compra da máquina retro escavadora para as freguesias. Disse que tinham já chegado ao final do ano e a máquina não cumpriu o estipulado no mapa que seria de dois meses nas freguesias.

Por outro lado, questionou relativamente à requalificação do troço em frente à escola primária de Caia, a qual estava adjudicada à obra do Carvalhal Barbudo, mas que ficou por executar. Perguntou à presidente da Câmara se sabia a data para o início daquela obra.

Quanto às obras de requalificação da Rua das Flores, Bairro 1.º de Maio e Amoreira, que deveriam estar terminadas no último semestre, nem sequer tinham começado, tal e qual como no caso da estação elevatória. Sublinhou que como as referidas obras não arrancaram, a junta de freguesia também já não contava que, no primeiro semestre do próximo ano, tal acontecesse. Também gostaria de saber se eram exigidas contrapartidas à empresa por não terem iniciado as referidas obras.

Chamou a atenção pelo facto de que, no fim do terceiro ano de mandato, apenas dois ou três presidentes de junta foram ali questionar o executivo, o que o levava a crer que somente algumas freguesias não estavam bem. Por outro lado, havia freguesias a ganhar mais em relação às outras e, por estranho que pudesse parecer, ao longo de doze anos, a sua freguesia manteve a cor política mas o pavimento geral da mesma nunca ali tinha sido questionado. Portanto, para os outros presidentes de junta que ali não diziam praticamente nada, era sinal de que tudo estaria em conformidade.

Por último, disse à presidente da autarquia que era urgente avançar com a requalificação do pavimento, em toda a freguesia da Urra.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Carla Mocito cumprimentou todos os presentes e quis deixar uma felicitação a dois restaurantes da cidade que ficaram inscritos no guia Michelin, o que considerou ser uma mais valia turística para o concelho, bem como um elemento diferenciador para o concelho de Portalegre. -----

Rosário Narciso disse ter sido aprovado na reunião da Assembleia Municipal de vinte e oito de setembro uma moção, apresentada pela CDU, a qual propunha, com a maior brevidade, levar o Espaço Robinson a uma abertura das portas aos representantes dos grupos parlamentares daquela assembleia, aos vereadores eleitos, aos técnicos do município e a um representante da DGCP, de forma a que fosse feita uma vistoria ao local e elaborada uma listagem das principais obras a realizar com urgência, para evitar uma maior degradação do espaço e preservar a maquinaria e o espólio que lá se encontrava.

Perguntou à presidente da Câmara quais as diligências que já tinham sido tomadas e se existia alguma data prevista para a visita ao referido local. Também gostaria de saber se já tinham sido pagos os salários aos funcionários da Fundação e se já tinha sido ligada a eletricidade no espaço da Igreja de São Francisco.

Por último, questionou acerca do leilão, em que supostamente tinham sido colocadas para venda máquinas da Robinson, se tinha sido a Câmara a adquiri-las e se a DGCP tinha sido informada. -----

Luís Carvalho cumprimentou os presentes e quis lançar um repto aos grupos municipais, no âmbito da preparação do plano de recuperação e resiliência que o país estava a desenvolver, em que foi lançado às comunidades intermunicipais o desafio de identificarem aquele que consideravam o projeto prioritário e estruturante para as respetivas sub-regiões, para que pudesse ser sinalizado nas dimensões a serem contempladas no perímetro de investimento daquele plano.

Salientou o facto de o governo já ter colocado o projeto da barragem do Pisão como um dos elementos a ser alvo de apoio, no âmbito do plano em que estavam contemplados os cento e setenta e um milhões para fazer face à sua execução. Naquele sentido, quis deixar à reflexão dos outros grupos municipais uma proposta com o intuito de na próxima Assembleia Municipal se criar uma moção que fosse consensual e que definisse um projeto, a ser sinalizado pelo município de Portalegre, numa dimensão de desenvolvimento regional e não só a nível local.

A conclusão do IC13, nomeadamente a ligação a Espanha, bem como a eletrificação da linha do Leste e a respetiva retificação do traçado, pareciam-lhe ser intervenções que funcionariam como ponto de partida e reflexão para todas as bancadas ali presentes. -----

Bruno Calha desejou um bom ano a todos e relativamente ao que anteriormente foi referido pelo presidente da junta de freguesia de Urra, disse-lhe que poderiam reunir em qualquer altura para que as coisas ficassem devidamente explicadas. Lembrou que a freguesia de Urra já tinha beneficiado, naquele mandato, de uma obra de repavimentação, no valor de cento e três mil euros, assim como uma segunda obra, a decorrer no Carvalhal Barbudo, enquanto a união de freguesias de Reguengo e São Julião não tinha tido nenhuma. Portanto, não seria pelo facto de ali não se manifestar que invalidava os seus anseios ou problemas, uma vez que os fazia chegar por escrito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

à presidente da Câmara Municipal. Não considerava correto ir ali, usar um colega de junta, para assim poder beneficiar a sua freguesia. -----

João Meira perguntou à presidente da Câmara por que motivo é que, recorrentemente, as páginas oficiais do município publicitavam e promoviam a participação de membros representativos do mesmo, em eventos oficiais, mas colocando o ónus na senhora presidente. Seriam as páginas do município a página de campanha ou de uma futura candidatura da mesma? -----

A presidente da Câmara Municipal cumprimentou todos os presentes e, relativamente à distribuição dos cabazes de Natal, disse que o critério de entrega dos mesmos tinha sido discutida numa rede de entidades, entre elas o município, através da loja social. Naquele âmbito, as ditas entidades articulavam quem recebia e quem dava os cabazes, para que não houvesse repetição dos mesmos. Mais referiu terem sido entregues cerca de cem cabazes, porque assim foi pedido pelas entidades envolvidas. A Câmara Municipal de Portalegre delegava na ação social a constituição dos cabazes e sublinhou que nunca entregou, pessoalmente, nenhum cabaz.

Disse ainda que os presidentes de junta que queriam cabazes tinham de avisar a loja social primeiro, pois assim tinha sido feito nos anos anteriores, assim como já tinham contribuído para adicionar produtos aos referidos cabazes. Relativamente aos Fortios não sabia exatamente o que se tinha passado, mas sabia que noutras freguesias tinham sido entregues. Acrescentou que tanto a GNR como a PSP fazia o favor de ir buscar os cabazes e entregar diretamente às pessoas que estavam distantes da sede de concelho.

Em relação à freguesia da Urra, salientou o facto de a Câmara priorizar certas situações e, no ano em curso, priorizou-se o Carvalhal Barbudo, o qual já estava concluído, assim como o Monte dos Apóstolos, com a rede de distribuição de água e a sinalização e ainda o troço da estrada da Urra/Assumar e também referiu que estava para breve o início das obras na Rua das Flores.

Salientou que gostaria de poder fazer todas as obras, ao mesmo tempo e em todas as freguesias mas tal não era possível.

Relativamente à questão do espaço Robinson, adiantou que foi passado o dinheiro que estava estipulado, no valor de duzentos e seis mil euros; quanto aos salários em atraso esperava que já tivessem regularizados e em relação à parte móvel (leilão) disse que foi adquirido pela Câmara, após decisão favorável em reunião de Câmara.

Mais disse que, no que respeitava à página do município, falava sempre em nome da Câmara, dado que a sua pessoa representava em juízo, dentro e fora, a Câmara Municipal de Portalegre.

Posto aquilo, solicitou ao vereador das obras que esclarecesse a situação da máquina retro escavadora. -----

O vereador Nuno Lacão disse que a retro não estava a cumprir com o calendário pela simples razão de que o funcionário que a manuseava tinha colocado férias no final do ano. Assim que o mesmo retomasse ao serviço seria reativado o calendário para deslocalização às juntas de freguesia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Henrique Santinho, ainda acerca dos cabazes de Natal, disse que a presidente da Câmara estava a faltar à verdade. Apesar de o incomodar o facto de alguns elementos daquela Assembleia já ali terem chamado mentirosa à autarca, o próprio salientou que a loja social é que tinha pedido às juntas de freguesia para que informassem e fossem sinalizadas as situações para entrega dos referidos cabazes.

Portanto, a presidente da Câmara não teve razão quando disse que eram as juntas que sinalizavam antes. A presidente da Câmara nem se apercebeu da “rasteira” que lhe foi feita anteriormente, quando o próprio questionou os outros presidentes de juntas, acerca do número de cabazes e os que tinham sinalizado as pessoas. Ironicamente, ou não, calhou uma vez mais, às freguesias de Alagoa, Urra e Fortios. Mais referiu que com as atitudes que a presidente continuava a ter para com algumas das freguesias do concelho, deixou de lamentar que a chamassem ali de mentirosa, porque para além de mentirosa considerou que a mesma também era velhaca e vingativa. -----

Rosário Narciso voltou a perguntar à presidente da Câmara a propósito da data prevista para a visita ao espaço Robinson, se já estava, ou não, agendada; assim como em relação à eletricidade na Igreja de S. Francisco e, por último, se a DGCP tinha sido informada do leilão das máquinas da Robinson. -----

Jaime Fitas disse continuar sem saber se a presidente da Câmara tinha colocado algumas contrapartidas à empresa que não cumpriu os timings da obra. -----

O Vereador Nuno Lacão disse que se a questão fosse em relação às obras na Rua das Flores a consignação tinha sido feita há pouco tempo. No entanto, face à época de Natal e Ano Novo, realçou que a empresa só iria arrancar com os trabalhos em janeiro. Acrescentou que o prazo estava a contar e esperava que fosse cumprido até final. -----

A presidente da Câmara, relativamente à Robinson, disse que marcaria a visita quando assim o desejassem. Quanto à DGCP, referiu que quem vendia é que tinha de avisar a entidade. -----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara acerca da obra na Escola dos Assentos e porque é que houve um corte de todas as árvores daquela escola. Qual tinha sido o critério.

Relativamente à Rua 1.º de Maio, todos sabiam que estava encerrada há mais de dois meses. Sabia que a reparação do muro não era responsabilidade camarária mas perguntou para quando a resolução definitiva daquele problema. -----

A presidente da Câmara, quanto à questão da Rua 1.º de Maio disse que iria reabrir à circulação na próxima semana. Em relação ao corte das árvores na escola, disse que também não era do seu agrado o corte, no entanto os choupos que lá se encontravam já estavam velhos e foi preconizado pelos técnicos da autarquia que fossem abatidos mas que se plantassem outros novos no seu lugar. O processo foi a reunião de Câmara e foi aceite pelo executivo. Inclusive, a coordenadora da escola já tinha chamado a atenção pelo facto de alguns dos choupos estarem muito danificados e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

constituírem perigo. Foi decidido efetuar uma intervenção mais radical e repor alguma vegetação, também para suportar as terras. -----

Hugo Capote disse estranhar a intervenção da presidente porque teve conhecimento que inclusive algumas árvores que tinham sido plantadas há relativamente pouco tempo, pelos alunos, também tinham sido arrancadas.

Reforçou a pergunta relativamente ao pagamento da luz no Museu, para saber se já tinha sido paga. Salientou que para se manterem as melhores condições daquele Museu e da Igreja seriam necessários os desumidificadores estarem ligados, principalmente no tempo de Inverno. Contudo, já há cerca de um ano e meio que não havia eletricidade nos espaços em causa.

Por último disse ter na sua posse uma foto em que, supostamente, a presidente da Câmara Municipal de Portalegre estava a entregar cabazes de Natal. -----

A presidente da Câmara disse que, apesar de não pertencer ao conselho de administração, sabia que o valor da eletricidade ainda não tinha sido pago.

Em defesa da honra, sublinhou que na foto mostrada, a mesma não estava a entregar nenhum cabaz, mas sim foi-lhe pedido pela equipa municipal que os fez para apenas tirar uma foto. Nunca entregou um único cabaz. Nunca. -----

Moção - Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade PCP/PEV (Diogo Júlio)

“Data de 1998 a aprovação da legislação que «regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade». Consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, aqui se incluindo os serviços e organismos da administração local, cuja regulamentação nunca foi efetuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos. Já em 2008 a Lei n.º 12-A/2008, que revogou expressamente o Decreto-lei de 1998 inscreveu a previsão dos suplementos remuneratórios. Consagração a que não correspondeu a indispensável regulamentação fazendo com que mais de vinte anos depois este legítimo direito não tenha tido aplicação. Vezes sucessivas ao longo destes anos, designadamente com iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República, se procurou dar concretização à Lei determinando o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimos aos referidos suplementos. Considerando que o Orçamento de Estado para 2021 veio finalmente assegurar a efetivação deste direito, ainda que aquém dos valores que seriam devidos e que a proposta do PCP prévia, remetendo para os órgãos executivos das autarquias a sua aplicação direta, a Assembleia Municipal de Portalegre delibera: 1. Instar a CM a proceder à sua aplicação de modo a permitir que o suplemento passe a ser devido a partir de 1 de Janeiro de 2021, reconhecendo ao conjunto dos trabalhadores definidos no âmbito da Lei que seja reconhecido o grau mais elevado de penosidade e insalubridade; 2.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Saudar os trabalhadores da autarquia pela luta que ao longo dos anos travaram pela concretização deste direito.“

Luís Carvalho disse que a CLIP acompanhava os propósitos da moção apresentada e iriam votar em concordância, até porque era um dos objetivos que o seu grupo já tinha acompanhado no passado, na tentativa de se aplicar aquela lei, que ainda não estava implementada. Congratulavam-se com o facto de o orçamento de estado ter colocado na agenda a aplicação dos suplementos e esperavam que a portaria que complementava a sua regulação pudesse ser rapidamente elaborada, devido também ao período de crise atual. -----

Ordem do dia:

1 – Informação da presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A presidente da Câmara quis destacar duas questões que lhe pareciam extremamente importantes. Uma das quais era a conclusão do projeto de infraestruturas da expansão da zona industrial e a submissão da candidatura, que terminou no passado dia catorze de dezembro, em que tentaram encontrar financiamento para o projeto, no valor de três milhões e meio (mais IVA).

A segunda questão tinha a ver com o acordo de protocolo, assinado no município com a empresa SOFTINZA/IBM, que iria permitir fixar pessoas especializadas. Esperava que aquele acordo fixasse os jovens diplomados, no território, através do Instituto Politécnico, e não só.-----

João Meira disse ser lamentável que a presidente da autarquia considerasse como resposta de futuro às consequências sócio económicas da pandemia atual as empreitadas que já existiam antes da própria pandemia. Entendia que o papel interventivo do município, nos últimos meses, deveria ter sido outro.

Perguntou à autarca quando é que a mesma tinha falado com o presidente da Administração Regional de Saúde – Alentejo e qual tinha sido o seu papel na questão relativa às diligências para ampliação do Hospital Dr. José Maria Grande.

Perguntou à senhora presidente qual tinha sido o critério que esteve inerente na escolha das Escolas do ensino básico de Alegrete e Fortios, para a ampliação dos espaços de jogos das mesmas. Havia a perspetiva futura de que as outras escolas do primeiro ciclo viessem também a ser intervencionadas?

Mais perguntou se na nova estratégia local de habitação poderiam contar com o projeto para sinalização e fixação de jovens na região?

Quanto à reunião que a presidente da Câmara teve com a direção dos CTT, perguntou-lhe quais tinham sido as principais conclusões da mesma? -----

Hugo Capote disse que aquele relatório era um exemplo das contradições em que a presidente da Câmara governava, fruto de nunca ter tido uma visão ou uma estratégia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

portanto, ia gerindo o concelho consoante as candidaturas existentes, consoante as dinâmicas locais e os apoios conjunturais que lhe eram possível colher.

Perguntou diretamente à autarca onde estavam as grandes opções do plano e o orçamento para dois mil e vinte e um, que deveriam refletir a visão e o planeamento da própria. Tudo o que estava no preâmbulo do relatório municipal caía por terra quando, chegados ao fim do ano, mais uma vez não havia orçamento para o ano seguinte, nem viam qualquer tipo de esforço para o apresentar.

Em conclusão, referiu que o preâmbulo apresentado apenas fazia uma cronologia daquilo que aconteceu no concelho, em relação à pandemia, em que dizia que não iria ficar tudo bem. Sublinhou que todos tinham noção das consequências nefastas que todo o mundo sofreu, e num concelho como Portalegre, com uma fraca capacidade económica, iria obviamente ter, na maior parte dos seus habitantes.

Perguntou à presidente da Câmara qual era o caminho que iria seguir, uma vez que as medidas ali expostas resumiam-se a cerca de quinze mil euros, para mitigar a pandemia atual. Considerou ser de uma insensibilidade social que roçava o indigno.

Perguntou ainda o que é que o presidente da ARS Alentejo tinha a ver com a questão da ampliação do Colégio Diocesano e porque é que o serviço de oncologia tinha saído para as antigas instalações da Escola de Enfermagem. -----

Rosário Narciso perguntou à Presidente da Câmara se a empreitada de escavação do talude vertical rochoso, referida na página quinze do relatório, tinha a ver com o arranjo das barreiras situadas entre o bairro das Carvalhinhas e a Escola José Régio. Sublinhou ser já a quarta vez que alertava ali para o perigo que o mesmo constituía para as crianças. -----

Carla Mocito, relativamente ao movimento associativo, perguntou quais as associações que já tinham recebido verbas, bem como os respetivos montantes. -----

Henrique Santinho, quanto ao que foi dito pelo membro João Meira sobre as obras em Alegrete e nos Fortios, referiu que na escola primária dos Fortios ainda não havia parque infantil. O facto de estar projetado ou de ser uma promessa no relatório, não significava que fosse executado. -----

Luís Carvalho disse que, embora pudesse não transparecer diretamente, todos sabiam que havia uma estratégia em curso. Ao falar-se da atração de investimento e da criação de emprego qualificado, falava-se em estratégia. Salientou que só havia um projeto de expansão da zona industrial porque, efetivamente, havia procura e já não existiam lotes disponíveis. Também o facto de se ter atraído um laboratório de soluções tecnológicas para cidades inteligentes era uma clara aposta do município para captar entidades externas e fixar emprego qualificado, juntamente com os atores mais relevantes do território.

Sublinhou ainda o plano operacional de turismo, já em curso, desenvolvido pelo Instituto Politécnico de Portalegre, nomeadamente a operacionalização da marca “Portalegre”, em parceria com outras entidades do setor e a criação do site, o que considerou de louvar, pois permitirá uma maior captação de turistas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote disse ao membro Luís Carvalho que, provavelmente, teria recebido informação errada referente aos lotes de terreno da zona industrial. Solicitou à presidente da Câmara para lhes dizer quantos dos lotes atuais estavam a funcionar. Eram menos de metade. A única zona consolidada era a primeira. As outras duas zonas de expansão eram uma “manta de retalhos”, apesar de os lotes estarem quase todos vendidos. Contudo, em mais de metade, nunca se chegou a fazer nada e até mesmo as empresas que os compraram já tinham pedido à Câmara para levantar o ônus, de modo a poderem endividar-se, apresentando o lote como hipoteca nas instituições bancárias.

Em conclusão, o município iria endividar-se em mais três milhões e meio de euros para manter mais lotes não funcionantes. A autarquia não tinha investidores a bater à porta todos os dias. Era necessário desmistificar toda aquela situação. -----

Fernando Rebola disse que a presidente da Câmara se tinha esquecido de mencionar o facto do Instituto Politécnico de Portalegre ser um dos parceiros fundamentais do acordo com a Softinsa, IBM. Concordou com o destaque dado ao projeto, pois considerou que o mesmo será importante para a região e, em particular, para a cidade, no campo da investigação, formação e do trabalho científico.

Por outro lado, disse não ter percebido qual o verdadeiro papel do município na captação do interesse da Softinsa, assim como no compromisso assumido pelo município para o futuro, no contexto daquele protocolo. -----

Carla Mocito, relativamente à “Rota das Cascatas”, perguntou à presidente qual o verdadeiro ponto da situação das mesmas, visto ser um projeto falado já à muito. -----

A presidente da Câmara Municipal, quanto à questão da estratégia, disse que embora não tivesse os documentos norteadores, que tinham sido reprovados em reunião do executivo, não significava que não houvesse estratégia. Todos sabiam que uma das grandes apostas era a captação de investimento para Portalegre. Acreditava seriamente que só o investimento poderia atrair pessoas e empresas e fixá-las.

Quanto à ARS, salientou que há muito que já se falava na ampliação do Hospital Doutor José Maria Grande. Ainda estava em vigor, em diário da República, um espaço que foi adquirido pelo município de Portalegre, para que fosse feito um hospital de raiz, numa herdade propriedade do município de Portalegre.

Sublinhou que o Hospital deveria ser diferente daquilo que era, com outras condições, nomeadamente a nível de espaço.

Ao longo dos últimos tempos, tinham falado com secretários de Estado, no sentido de se ampliar o mesmo e, na última vez que tinha estado reunida com o Conselho de Administração e o presidente da ARS, um dos pontos foi, precisamente, a ampliação daquele Hospital, cabendo a palavra final à ARS, relativamente à questão em análise e outras. Contudo, referiu ter já enviado uma carta ao presidente da ARS e, até à data, ainda não obteve resposta.

Em relação às intervenções nas escolas de Alegrete e Fortios, disse que o critério para avançar com as mesmas teve a ver com o grau de degradação dos parques infantis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relativamente à questão da habitação, disse que o trabalho que estava a ser efetuado contemplava a necessidade de terem casas direcionadas para os jovens, de modo a fixá-los cá, o que considerava ser muito importante.

Na questão dos CTT e das novas dinâmicas, esclareceu que os CTT queriam colocar no território uma base logística e tentavam perceber qual a abertura do município para terem um espaço na zona industrial. De momento, não havia espaço para a mesma.

Referiu que existiam alguns lotes, na zona industrial, nas mãos de privados, mas que a autarquia não os conseguia reverter porque o ônus era bastante elevado. No entanto, salientou que todos os outros estavam vendidos e, tanto quanto sabia, os investimentos nos mesmos eram para avançar.

Mais disse que fariam chegar a todos os membros informação sobre todos os lotes vendidos, os ocupados e os que estavam para reversão.

Na questão das barreiras junto à escola José Régio, referiu que já tinha sido assinada a consignação da obra. Era para avançar, assim que possível.

Em relação aos pagamentos às associações, disse não saber dizer de cor, mas podia fazer chegar mais tarde a lista das mesmas.

Por último, disse que a Softinsa já estava há muito tempo a trabalhar com a Câmara de Portalegre, muito antes do que com o Instituto Politécnico. No entanto, sublinhou que o Instituto era, obviamente, um parceiro incontornável, pois iriam fazer com que fosse possível ter a mão de obra especializada e alimentar a dinâmica esperada. Sublinhou que uma das razões da empresa vir para Portalegre, também se devia ao facto da autarquia apostar nas smart cities, tornando-se um parceiro interessante.

Por último, disse que o vereador João Cardoso iria esclarecer o ponto da situação em relação à “Rota das cascatas”.-----

João Cardoso disse que o que estava estruturado era uma rota, com cerca de trinta quilómetros, que iria ligar três das principais cascatas do Parque Natural: a cascata do Monte Sete, a da Cabroeira e a do Pego do Inferno, já perto do município de Arronches. A rota já estava definida e teve alguns recuos devido à questão de autorizações dos proprietários. Entretanto, avançou um troço de dez quilómetros, em que ligou o Monte Francisco à cascata da Cabroeira. Acrescentou que último projeto da grande rota, enviado para o ICNF, de forma informal, foi aceite. Quanto ao troço internacional, referiu que tinha avançado rapidamente e tinha a ver com o projeto InterReg, o qual previa a ligação da cascata da Cabroeira a um caminho existente no lado da Codosera.

Em conclusão, sublinhou que se tratava de um projeto estruturante, que respeitava o meio ambiente. -----

Hugo Capote disse ser difícil dialogar com a presidente da Câmara Municipal de Portalegre, pois a mesma tinha dois defeitos que a tornavam incompetente, do ponto de vista da gestão autárquica: um profundo desconhecimento dos assuntos de que falava e de que escrevia e, em segundo lugar, o constante e perpétuo auto elogio. Deu quatro exemplos que foram os seguintes: em relação à ARS e à aquisição, disse não caber na cabeça de ninguém que um secretário de Estado de virasse para um presidente duma de administração regional de saúde e lhe dissesse que era dele a última palavra. Lembrou que a ULSNA era uma entidade empresarial do Estado, que tinha capacidade autónoma de gestão, de financiamento e de adquirir dívida num



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

negócio que era legítimo da sua parte. No entanto, o que resultava do relatório era que teria sido graças à intermediação da presidente que o negócio se iria realizar, o que não correspondia à verdade. A intervenção da autarca foi pontual.

Na questão da IBM, foi idêntico, pois a presidente da autarquia fez questão de esquecer o Instituto Politécnico no relatório.

Outro exemplo foi a questão do pagamento dos testes ao Covid-19, do qual foi pedido explicações e em que a fatura, se ficou a saber, era para a CIMAA. A iniciativa não partiu da autarca, mas sim da CIMAA, à qual a Câmara se limitou a pagar uma quota parte. Contudo não foi assim que constou do relatório municipal.

Ainda em relação aos cabazes de Natal, referiu que se tratava de política. Obviamente, a presidente não precisaria de aparecer a entregar cabazes, mas a notícia e a fotografia assim deram a entender. Era eticamente reprovável. -----

Raúl Cordeiro, referindo-se à ULSNA, disse que o espírito lá vivido, atualmente, era de existir um caminho a seguir e as divergências esbatiam-se quando os propósitos e os caminhos coincidiam.

Por outro lado, a presidente da Câmara assim não fazia, pois ao não saber para onde ir, qualquer caminho lhe servia.

Lembrou que esteve naquela mesma reunião e, ambos sabiam que a palavra da autarca, para aquilo que era o propósito do projeto da unidade de saúde, valia muito pouco, porque a decisão não era da mesma. Mesmo a palavra do presidente da ARS valia o que valia, uma vez que a ULSNA era uma entidade pública empresarial, que tinha os seus objetivos definidos. -----

Ricardo Romão quis sublinhar que o protocolo entre a Softinsa e o Politécnico estava claramente indicado no relatório. -----

A presidente da Câmara confirmou que estava a menção ao Instituto Politécnico de Portalegre no relatório municipal, na página 21. Acrescentou que a instalação daquele laboratório iria contribuir para a criação de postos de trabalho especializado e que a subsidiária portuguesa da gigante IBM iria ficar instalada a BioBip, no Campus Politécnico, da capital de distrito. -----

Hugo Capote disse que os assuntos importantes deveriam estar realçados no preâmbulo dos relatórios. -----

Fernando Rebola quis deixar claro que nunca disse que a menção ao Instituto não constava do relatório. Continuou a solicitar esclarecimentos sobre qual o compromisso assumido de futuro, no âmbito do protocolo realizado com a IBM e com o Politécnico.--

2 – Ata n.º 26, relativa à reunião ordinária de 28 de setembro de 2020 e ata n.º 27, relativa à reunião extraordinária, realizada em 13 de outubro de 2020;

Hugo Capote disse que no segundo parágrafo, da página quinze da ata havia uma formulação que induzia em erro. Tratava-se de uma intervenção sua, mas em nome da CDU e não do Partido Socialista. Solicitou a correção. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa disse que o serviço administrativo iria, claramente, ouvir a gravação e proceder às devidas correções.-----

3 – Relatório semestral (1.º semestre de 2020) da Junta de Freguesia de Urra, nos termos do n.º 3, da cláusula 7.ª, do contrato interadministrativo – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 14.10.2020 -

Não houve intervenções.-----

4 – Relatório semestral da Junta de Freguesia de Urra, nos termos da alínea c) do n.º 2, da cláusula 6.ª, do auto de transferências de competências – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 14.10.2020 -

Não houve intervenções.-----

O presidente da mesa propôs que se fizesse em conjunto a discussão do ponto cinco, seis e sete.-----

5 – Orçamento e mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes para 2021;

- Deliberação da CMP de 4.11.2020 -

6 – Plano plurianual de investimento dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes para 2021;

- Deliberação da CMP de 4.11.2020 -

7 – Documentos das demonstrações financeiras previsionais dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes para 2021;

- Deliberação da CMP de 18.11.2020 -

O vereador Nuno Lacão, relativamente à questão do orçamento e mapa de pessoal, começou por dizer que a receita era de cinco milhões, setecentos e vinte e um mil euros; a despesa corrente na ordem dos quatro milhões, novecentos e sessenta e oito mil euros e a despesa de capital de setecentos e cinquenta e dois mil euros. Daqueles valores, destacou as despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços e, a nível dos transportes, a questão de combustíveis e lubrificantes e também a questão dos resíduos que era transferida para o município.

No mapa de pessoal, referiu que estava previsto a criação de um lugar para um assistente técnico e dois assistentes operacionais, de modo a reforçar as equipas na área do saneamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Sublinhou que a remodelação da conduta de substituição de água no reservatório do relógio, nas Carreiras, a par da situação na freguesia da Urra, onde os trabalhos se iniciariam no início do próximo ano e ainda o projeto da ETAR do Monte Carvalho, já concluído.

Quanto às estações elevatórias (Monte dos Apóstolos e Benzilhão), disse que o concurso público foi lançado, após a revisão dos valores de mercado.

Relativamente aos projetos a desenvolver, previa-se a remodelação da conduta de distribuição na Alagoa, bem como na Mata das Ladeiras, nos Fortios. Na freguesia da Urra, apontou a conclusão da próxima fase da rede de distribuição de água, na Rua de Portalegre até à estrada nacional. -----

João Meira disse que não lhes tinha sido mostrado o mapa da despesa dos SMAT, apenas o da receita, talvez por lapso dos serviços. Contudo, assim seria difícil tecerem quaisquer considerações. Lamentou que o ponto também tivesse sido assim instruído para a reunião de executivo e questionou se, do ponto de vista jurídico, provavelmente a própria deliberação da Câmara não teria alguma implicação. -----

A presidente da Câmara disse que, efetivamente, estava em falta mas que iriam enviar o documento ainda durante o decorrer da reunião. -----

A mesa suspendeu os trabalhos durante cinco minutos. -----

8 – Projeto de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Carreiras;

- Deliberação da CMP de 25.11.2020 -

Hugo Capote perguntou qual tinha sido o critério utilizado para a delimitação em causa, uma vez que, até à data, existiam duas áreas de reabilitação urbana, uma no centro histórico de Portalegre e a outra no de Alegrete. Não era o facto de a CDU estar contra mas, todos percebiam de que o instrumento geralmente utilizado seria consoante as áreas terem mais património histórico e que interessava preservar.

No entanto, com a justificação ali apresentada para as Carreiras, teria de ser aplicada também às outras juntas de freguesia, uma vez que todas tinham prédios degradados, devolutos e, provavelmente, os proprietários beneficiariam se a reabilitação dos imóveis se proporcionasse mais facilmente, através daqueles instrumentos. -----

João Meira perguntou pelo projeto de delimitação da ARU das Carreiras, o qual devia estar anexo à informação. Salientou, uma vez mais, que sem os instrumentos necessários não poderiam ali fiscalizar devidamente os pontos. Caso contrário, o assunto deveria ser retirado. Mais referiu que o PS em nada se opunha à ARU das Carreiras. -----

Luís Carvalho disse que a definição de uma área de reabilitação urbana (ARU) era importante para qualquer território, não só pela correspondente estratégia que lhe estava subjacente. Em termos de equidade territorial era desejável que todas as freguesias possuíssem a sua ARU delimitada para garantirem um conjunto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

incentivos financeiros, os quais podiam ser aprovados no âmbito do IFRRU2020 e até mesmo nas questões do pagamento de IMI, rendas acessíveis, etc.

Mais disse que muitos dos instrumentos de estratégia urbana já pensados para o futuro, obrigavam à existência de ARU.

Aquela era uma dimensão decisiva, porque, por exemplo, só se conseguia concretizar o programa do primeiro direito, na sua plenitude, se todas as freguesias possuírem os mesmos instrumentos de partida e suporte à aplicação daquele programa. -----

O vereador João Cardoso referiu que não concordava com o que foi dito pelo membro Hugo Capote. Entendia que as Carreiras se destacavam por terem um núcleo histórico antigo, onde se concentravam muitas casas devolutas ou em ruínas. Por outro lado, noutras freguesias existiam núcleos mais pequenos do que aquele, embora nas mesmas condições. Por exemplo, a freguesia dos Fortios, junto à Igreja, tinha algumas casas devolutas e dispersas, mas não muitas.

Contudo, fazia sentido alargar às outras freguesias e todos os núcleos urbanos as ARU, mas sempre priorizando de acordo com a dimensão de cada uma.

Salientou que na freguesia de Alagoa existia, efetivamente, um núcleo mais disperso do que nas Carreiras, em que tinham algumas casas, mas onde era possível identificar uma zona e criar uma ARU. -----

João Meira perguntou se levaram em consideração a questão anteriormente colocada, relativamente às condições para analisar o ponto em debate. Era o desrespeito total.---

Hugo Capote disse que havia também várias declarações de voto dos vereadores que não lhes tinham sido entregues e que assim não sabiam o que os tinha levado a votar de determinada maneira.

Ficou confuso com a declaração do vereador, na medida em que se o critério for o facto de as Carreiras ter um núcleo habitacional devoluto suficientemente grande que justificasse a criação da ARU, mas que não se aplicava a outras freguesias, porque é que iriam avançar com ARU noutras freguesias, onde existiam somente dois ou três imóveis naquelas condições, como era o caso dos Fortios. -----

A presidente da Câmara disse que o que estava indicado, tecnicamente, era que seguissem para a Alagoa porque, efetivamente, existia lá um núcleo de imóveis devolutos que mereciam ser reabilitados. Noutras freguesias as casas eram mais dispersas e em menor número. -----

O presidente da mesa solicitou aos intervenientes para centrarem a questão. -----

O vereador João Cardoso referiu que o território devia ser analisado pelo conceito de zonas que, em conjunto, fossem consideradas necessárias de reabilitação.

Quanto aos documentos entregues disse que, efetivamente, não constava a delimitação e que, provavelmente, devia ser retirado. -----

O presidente da mesa solicitou que fossem distribuídos os anexos pelos membros da Assembleia Municipal, para que fosse fixado o âmbito da deliberação e de modo a impedir que mais tarde os mesmos se vissem confrontados com uma decisão que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tomaram com insuficiente conhecimento da instrução do processo. Perguntou ao executivo se existia urgência na tomada daquela deliberação? -----

Ricardo Romão disse que a questão em causa era não tanto técnica e, provavelmente, não seria o mapa que iria dar-lhes maior elucidação da decisão política. No entanto, não se iria opor. -----

O presidente da mesa esclareceu que, não se conhecendo o verdadeiro mapa, aquando da publicação do mesmo, poderiam ser confrontados com um mapa qualquer. Portanto, as deliberações daquele órgão eram sobre questões concretas e não sobre questões eventuais.

Perante tal situação, propôs que se adiasse a discussão daquele ponto para o final da ordem do dia, se houvesse condições diferentes para deliberar sobre o mesmo. -----

9 – Repartição de despesa em mais de um ano económico - Contrato de Gestão de Eficiência Energética para a implementação de medidas de melhoria da eficiência Energética no Sistema de Iluminação Pública (SIP) do Concelho de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 25.11.2020 –

A presidente da Câmara disse que aquele ponto era ali proposto, não propriamente pelas despesas em mais de um ano económico, mas sim pelo valor da repartição. Acrescentou que, na altura, foi feita uma estimativa ao referido contrato, lançaram um procedimento de concurso público e, atualmente, já tinham o valor correto, para ir a Tribunal de Contas. O período de tempo era exatamente o mesmo. -----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara qual tinha sido a necessidade de levar ali a aprovação de uma despesa plurianual, para a qual não tinham um orçamento certo. -----

A presidente da Câmara referiu que teve a ver com o contrato, uma vez que foi necessário ter uma estimativa do montante distribuído por vários anos. -----

Hugo Capote perguntou se o contrato não se assinava só depois do concurso público? Lembrou que tinham aprovado uma despesa plurianual que a presidente do município desconhecia e para a qual não tinha valores. -----

A presidente da Câmara esclareceu que para lançar o concurso tinha de ter uma estimativa do tempo para o mesmo. Obviamente não poderia lançar um concurso em abstrato. O que a Assembleia Municipal deliberou foi a plurianualidade. -----

Hugo Capote disse que afinal quem tinha ficado no abstrato tinha sido aquela Assembleia. A autarca apresentou-lhes ali um valor que, no fundo, a própria desconhecia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

10 – Plano de Pormenor do Bonfim – lote 44 – correção material; **- Deliberação da CMP de 27.11.2020 –**

O presidente da mesa chamou a atenção para uma correspondência recebida naquele dia, da parte da Associação de Solidariedade Social dos Professores, a qual foi distribuída a todos os membros.-----

Os trabalhos foram interrompidos durante dez minutos. -----

O vereador João Cardoso disse que o terreno em causa tinha sido doado à APPACDM, a qual se encontrava a elaborar um projeto para candidatar uma residência, no âmbito do PARES. Entretanto constatou-se que o que estava no plano de pormenor era uma “Residência para professores”.

No entanto, não era aquilo que a APPACDM pretendia e, portanto, a alteração ao plano de pormenor era simples de fazer, alterando para “Equipamento, estrutura residencial”, permitindo apresentar o devido projeto para candidatura. -----

Hugo Capote disse terem recebido a cópia de um mail, endereçado à presidente da Câmara, da parte da presidente da Associação Nacional de Solidariedade Social dos Professores e, pelo que percebeu da missiva, não se sabia qual a resposta da presidente da Câmara ao mesmo.

Entendeu que teria havido a doação dum terreno à APPACDM, mas o terreno já tinha sido doado a outra instituição, a qual não foi tida nem achada no processo

Questionou se era lícito tratarem daquele assunto, sabendo que uma das partes interessadas não foi considerada nem consultada para a alteração da titularidade do lote de terreno em causa. -----

A presidente da Câmara disse que aquele assunto não tinha nada a ver com o que estavam ali a discutir. Contudo, a alteração tinha ido a reunião de executivo no dia catorze de agosto de dois mil e dezanove e, como informação do ponto, chegou um mail, da Direção Nacional, enviado ao chefe de gabinete a informarem que aceitavam elaborar o destrato proposto, requerendo que, num futuro próximo, lhes fosse cedido um terreno com idêntica dimensão, para que pudessem dar resposta social aos associados desta região, quando houvesse oportunidade.

Portanto, aquela associação tinha sido envolvida e o documento constava da reunião de Câmara. Foi com base no mesmo que foi feito o destrato do referido lote.-----

O vereador João Cardoso não percebia como é que uma associação desconhecia o assunto, se ele próprio tinha estado em representação da Câmara na escritura e, inclusive, os membros da associação estiveram presentes e assinaram. -----

Hugo Capote achava curioso como é que, em catorze de agosto, a presidente da Associação Nacional tinha dito que aceitava o destrato e, a nove de setembro, enviou aquele mail com várias questões. Perguntou à presidente quem é que assinou, legalmente, o destrato? Duvidava que a delegação de Portalegre tivesse competência para gerir património da Associação Nacional de Solidariedade Social. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara sublinhou que o que dizia no mail era o seguinte: “A referida escritura de destrate terá de ser assinada por mim, enquanto presidente e pelo vice presidente para a área financeira, engenheiro Augusto Pascoal. Por essa razão, sugeria a V^a Ex^a que contactasse a nossa secretária, Filipa Faria, com o intuito de se agendar uma data para o efeito, bem como para que lhe possa facultar todos os dados necessários para a realização do referido destrate. Assinado: Ana Maria Morais”. Acrescentou que o mail tinha sido enviado a dez de agosto de dois mil e dezanove. Concluiu, referindo que o destrate foi feito, assinado e estiveram pessoas a representar a associação.-----

Hugo Capote perguntou se seria possível saber quem é que tinha assinado o destrate, por parte da Associação de Solidariedade Social, porque se tivesse sido alguém da delegação de Portalegre, deixava algumas dúvidas, uma vez que, provavelmente, cabia à Direção Nacional a gestão do património.-----

O presidente da mesa salientou que quem assinou deveria ter poderes próprios ou poderes delegados para o fazer. Em princípio, teria sido confirmado por quem tinha obrigação de confirmar as capacidades legais, naquele tipo de atos públicos.-----

A presidente da Câmara acrescentou que a diferença entre um mail e o outro era de cerca de um ano. Não fazia sentido, pois o destrate já foi feito há muito tempo.-----

Luís Carvalho entendia que se tratavam de coisas diferentes: uma era o ponto ali apresentado, o que significava que após a consulta da entidade a quem tinha sido doado o terreno, a mesma abdicou da doação, talvez por não ter capacidade para desenvolver o projeto e, portanto, segundo e destrate, oportunamente, solicitaram a doação de outro terreno, por parte da autarquia; outra coisa era o que estava no email, em que a associação invocava que tinha sido desenvolvido um projeto de arquitetura, pago pela mesma e que agora questionava se continuava a ser a detentora do projeto que foi, na altura, financiado pela associação para poder futuramente aplicar aquele projeto noutro terreno, na construção daquele equipamento.-----

O presidente da mesa referiu que uma questão era a transmissão da propriedade daquele prédio urbano para edificar um equipamento social, que transitou da Associação de Solidariedade social dos professores para a Câmara Municipal e, posteriormente, para a APPACDM; e outra coisa distinta era o facto de a ASP ter encomendado um projeto de arquitetura com o objetivo de o licenciar. A dúvida era saber se o dito projeto teria, ou não, transitado para a APPACDM.-----

Hugo Capote salientou que, segundo o que o mail dizia, era que, ao contrário do que a Câmara tinha assumido durante todo aquele tempo e em que foi a mesma a pagar o projeto, aquilo que as faturas demonstravam foi que a ASP acabou por pagar quarenta e sete mil e quinhentos euros e que receberam apenas dez mil e quinhentos. Portanto, o dono do projeto era a ASP e, presumivelmente, a Câmara Municipal teria também cedido à APPACDM o projeto que era da ASP.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ricardo Romão disse que não conseguia seguir aquela discussão. Estavam a entrar em considerandos dos quais não tinha qualquer conhecimento. Não percebeu qual tinha sido a via daquela questão ter ali chegado e pediu esclarecimento à mesa.

Disse, inclusive, ter na sua posse duas cartas, não datadas, uma delas nem conseguia localizar no tempo. Também não tinha informação necessária para explicar o que dizia no ponto um: “O destrato do terreno em causa foi já objeto de escritura pública, tendo sido concretizada a reversão para a Câmara Municipal.”. Tudo indicava que se assumiu a reversão, há algum tempo, da qual o próprio não teve conhecimento e, de qualquer modo, não era aquilo que estavam a discutir no ponto em discussão. -----

Fernando Rebola, relativamente aos dois documentos, disse que não lhe parecia estar em causa a questão do destrato. Partia do princípio que o ofício enviado a dez de julho fosse o segundo, ainda referente ao destrato consignado à APPACDM. Portanto, o que estava ali em causa não seria contestar o destrato, mas sim a entrega ou a cedência, juntamente com o terreno, à APPACDM, também do projeto de arquitetura que, entretanto, foi pago em parte pela ASP. -----

O presidente da mesa referiu que a ASP nunca se opôs ao destrato e, inclusivamente, quem tinha celebrado e outorgado as escrituras teria verificado a capacidade dos próprios signatários para o poderem fazer. A questão colateral seria mais entre privados – ASP e APPACDM – relativamente à utilização de um determinado projeto. Contudo, se havia, ou não, responsabilidade política ou material do município, já era outra questão. Concluiu, dizendo que estavam ali reunidos para dar cumprimento a uma deliberação que envolvia a transferência da propriedade de um prédio municipal para uma associação do concelho. -----

O presidente da mesa propôs que os pontos onze e doze fossem discutidos em simultâneo.-----

11 – 4.ª Alteração modificativa ao orçamento – Revisão ao orçamento da Câmara Municipal de Portalegre (corrigido);

- Deliberação da CMP de 16.12.2020 -

12 – 4.ª Alteração modificativa às grandes opções do plano – Revisão às grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre (corrigidas);

- Deliberação da CMP de 16.12.2020 -

A presidente da Câmara disse que aqueles pontos eram uma revisão, de acordo com a nova terminologia. A quarta revisão contemplava dois aspetos: um era a expansão da área de acolhimento empresarial de Portalegre, que ia ali para a distribuição da plurianualidade, visto já terem o valor correto, de acordo com o projeto apresentado e candidatado no dia catorze de dezembro, que se pretendia distribuir nos próximos três anos, uma vez que a infraestruturas estava prevista no projeto demorar cerca de vinte e quatro meses, sendo que em dois mil e vinte e um, aquele processo se encontrava na CCDR e iria ser alvo de análise e aceitação, ou não. Posteriormente, seria sujeito a concurso público e ao Tribunal de Contas, tendo em conta o valor em causa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Quanto ao outro ponto previsto na revisão, referiu que tinha a ver com a requalificação dos espaços públicos de circulação, estadia e fruição que integravam o tecido e o edificado a reabilitar – primeira fase, no âmbito do projeto do PARU, que agora estava finalizado. Tratava-se de uma intervenção na Rua do Comércio e nos largos adjacentes, em que o valor foi determinado recentemente. Havia, portanto, um reforço de verba em relação à estimativa inicial. -----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara qual tinha sido a culpa da CDU em não ter existido orçamento? Onde é que tinham falhado, ou onde é que a CDU não tinham colaborado com o que lhes foi pedido?

Recordou que a CDU foi a duas reuniões com a autarca, em que nem havia esboço de orçamento. Aguardaram por um documento mais elaborado. Na segunda reunião discutiram um esboço de orçamento, discutiram-no e apresentaram as suas contra propostas em seis pontos considerados essenciais. Contudo, ainda aguardavam a resposta àquelas perguntas.

Perante tal, questionou qual o sentido de projetos com importância, apesar da CDU continuar a achar que o ano de dois mil e vinte e um deveria ser um ano de apoio às pessoas, às pequenas e médias empresas, ao tecido social do concelho que urgia por apoio, devido à pandemia e não um ano de lançamento de várias obras.

Sublinhou que tudo aquilo era claramente o esboço de um orçamento eleitoralista, em que a CLIP já preparava a sua candidatura para o próximo ano.

A CDU, há pouco tempo, realçou que o concelho tinha necessidades e não estavam a ser alarmistas, mas sim a constatar que não existia um tecido social que conseguisse receber embates daquela magnitude. No entanto, a CLIP ia fazer obras.

Perguntou, uma vez mais, à presidente da Câmara Municipal de Portalegre porque é que a mesma não fazia um orçamento? Porquê?-----

Joaquim Barbas disse que era suposto terem as declarações de voto dos eleitos na Câmara, naquele assunto, em particular. Contudo, as mesmas não tinham chegado.

Portanto, contactaram o vereador Armando Varela, para perceberem o porquê de ter votado contra e para, posteriormente, analisarem a razão do voto. Acrescentou que o vereador do seu partido falou acerca da falta de um mapa de execução orçamental, o qual, apesar dos pedidos feitos à autarca, continuava a não lhe ser fornecido.

Se, efetivamente, o procedimento assim foi, votariam em conformidade. -----

A presidente da Câmara, relativamente à questão anteriormente colocada, disse que para aquele assunto, em concreto, não havia necessidade de se apresentar o referido mapa. Além do facto daquele mapa orçamental ser dinâmico, ou melhor, estava constantemente em mudança. -----

João Meira disse que o grupo municipal do PS não poderia, numa circunstância daquelas, contornar a falta de lealdade institucional que a mesma demonstrou, naquilo que tinha sido o processo orçamental que ainda estaria a decorrer, em aberto.

Pretendeu deixar ali claro que o PS não foi chamado a participar, ativamente, naquele processo negocial, quer para apresentar propostas ou para conhecer o documento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Portanto, a presidente da Câmara, em vez de optar por uma cultura de compromisso, de diálogo de quem não tinha a maioria, optou por jogos políticos e, como se não bastasse, para depois acusar o PS de irresponsabilidades para bloquear o funcionamento da autarquia.

Realçou o facto do PS ter sempre o papel de cumprir com o interesse de Portalegre e dos portalegrenses, ora através da abstenção, ora através do voto favorável, naquilo que consideravam papéis estruturantes para a cidade.

Sublinhou ainda que, foram ali confrontados com aquela quarta revisão orçamental, em que o comportamento da presidente era uma repetição. Uma vez mais não chamou o PS para expor, fosse o que fosse e aprovou sozinha a revisão, em sede de Câmara e somente, na vigésima quinta hora, é que chamou o PS, para lhes apresentar um envelope fechado.

Em conclusão, a palavra do seu grupo era só uma: a empreitada para as infra estruturas base, destinada para a construção da nova escola da GNR eram a prioridade e, obviamente, nunca poderiam aceitar que a autarca menosprezasse o avanço das infra estruturas daquela escola indispensável para dois mil e vinte e três.

Mais referiu que o PS e os portalegrenses ainda não tinham esquecido a célebre sessão pública de dois mil e dezassete, em véspera de eleições, onde a autarca apresentou uns croquis, dizendo: "Isto vai ser a Rua do Comércio!"; no entanto, após três anos e meio, a obra deixou de ser prioridade e, somente agora, nos restantes nove meses de mandato, é que foi repescada.

Por último, sublinhou que os lojistas e comerciantes enfrentavam cenários catastróficos de vendas e, obviamente, o que menos precisavam era que numa fase de possível retoma, tivessem buracos abertos, pó e inacessibilidades na Rua do Comércio. Perante tudo aquilo, o PS votaria em conformidade. -----

A presidente da Câmara disse que tinham cumprido com todos os timings, relativamente às infra estruturas de expansão da zona industrial e esperava que se concretizasse o mais rápido possível. Sublinhou que nada tinha a ver com questões eleitorais. -----

13 – Proposta de não aceitação da transferência de competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, para o ano de 2021;

- Deliberação da CMP de 16.12.2020 -

A presidente da Câmara disse que, quando não se aceitavam as competências, as mesmas teriam de ir à Assembleia Municipal. Em reunião de executivo, foi deliberado não aceitarem a competência no âmbito da educação, mais propriamente na questão da requalificação da escola José Régio, na qual e até à data não tinha havido da parte do Ministério da Educação qualquer abertura positiva. Era pois, uma tomada de posição do executivo, sendo que a competência continuava a ser do ministério. Acrescentou que a da escola Cristóvão Falcão também não era competência do município de Portalegre, embora, de acordo com o protocolo, a Câmara comparticipasse na sua requalificação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara acerca dos ganhos de eficácia na descentralização dos gastos, uma vez que ficou ali provado que cada euro gasto pela Câmara Municipal era mais bem gasto do que pelo Governo Central. Porque é que assim não foi na questão da educação? -----

Fernando Rebola lembrou aquela proposta referia que os serviços municipais ainda não se encontravam organizados, de forma a acolher, em dois mil e vinte e um, as competências, no âmbito do decreto-lei nº vinte e um, de trinta de janeiro, de dois mil e dezanove. No seu entendimento, a questão essencial era saber se, em dois mil e vinte e dois, já estariam preparados, quando não houvesse alternativa e tiverem de acolher as competências.

Perguntou à presidente e executivo o que é que já tinha sido feito naquele sentido? Existia algum planeamento para a reorganização dos serviços? Há quanto tempo é que a carta educativa não era revista? -----

Luís Carvalho disse que o tema devia merecer uma reflexão profunda. Efetivamente, era o momento para ser feita já uma avaliação acerca das competências que o município tinha aceite, até à data e verificar até que ponto haverá ganhos de eficácia, naquele processo. Sublinhou que a educação tinha um custo financeiro e de organização de recursos que não era comparável com todos os outros. Portanto, era mais do que altura de preparar os serviços para ser dada uma resposta eficiente e eficaz, em dois mil e vinte e dois.

Considerou ser, igualmente, importante o que a presidente da Câmara disse, relativamente à tomada de posição que os municípios tiveram em relação ao conjunto de intervenções que eram competência do Estado, à data, como foi o exemplo dos investimentos no “Parque Escolar”, no ensino secundário, mas em que os estabelecimentos para o segundo e terceiro ciclo foram o parente pobre das políticas públicas de investimento, nos últimos anos.

Portanto, nenhum município queria comprometer-se com intervenções muito pesadas, em termos de reabilitação dos parques. Era preciso garantir uma co responsabilização do Estado em financiar a Escola José Régio e, pelo menos, dotar o município de capacidade para responder financeiramente às muitas necessidades existentes.~

Por último, quanto à carta educativa, partilhava as palavras do PSD, na medida em que era uma prioridade a definição clara do tipo de qualificação desejada para o parque escolar. A CIMAA deveria garantir os procedimentos específicos e atempados para elaboração da revisão das cartas educativas dos diversos municípios do Alto Alentejo. -----

Hugo Capote não percebia porque é que a CLIP não aceitava já as competências da educação para dois mil e vinte e um, preparando a organização e os meios para tal. Todos já tinham percebido que o Estado, segundo os diplomas legais, iria transferir para o município as verbas necessárias. Recordou que a presidente da Câmara de Portalegre já tinha assumido várias transferências de competências, baseando-se na boa fé, que aparentemente agora já não tinha, do Governo Central de que seriam transferidos os valores necessários para que as exercesse.

Perguntou à autarca o que é que entretanto tinha mudado? No seu entendimento, havia alguma incoerência da parte da CLIP. A organização era indispensável.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara salientou tratarem-se de competências diferentes. -----

14 – Prorrogação do prazo para entrega de requerimentos para minoração do IMI, nas zonas históricas de Portalegre e Alegrete, bem como, na Zona Industrial de Portalegre.

- Deliberação da CMP de 16.12.2020 -

Não houve intervenções. -----

O presidente da mesa disse que teriam de retornar aos pontos cinco, seis e sete, relativos aos SMAT, uma vez que os membros já teriam recebido os documentos necessários para poderem deliberar. -----

João Meira, acerca do mapa de despesa, perguntou a propósito da rubrica – Outros trabalhos especializados, orçamentada em cerca de um milhão e sessenta e cinco mil euros, quais eram os trabalhos lá contemplados? Também solicitou melhor esclarecimento relativamente à rubrica – Investimentos em despesas de capital, no valor de setecentos e cinquenta e cinco mil euros, para certificar se era o montante global das empreitadas previstas para lançamento e conclusão, quer na parte do abastecimento, quer do saneamento e se seriam exclusivamente aquelas ou se haveria outra empreitada de investimento que estava incluída no montante, mas que não tinha sido descrita no plano de atividades e na memória descritiva? -----

Nuno Lacão, relativamente à rubrica dos outros trabalhos especializados, referiu que englobavam o saneamento e os serviços prestados pela EPAL, análises da água, inspeções de viaturas e outros similares.

Quanto aos valores dos investimentos, disse que uma parte significativa era referente às intervenções evidenciadas nos documentos e que estariam a decorrer e, a outra componente, respeitava às três que seriam lançadas em dois mil e vinte um. -----

Joaquim Barbas disse que tinha havido uma questão política apresentada pelo vereador Armando Varela, em reunião de Câmara, no sentido de se poder aproveitar o orçamento dos SMAT para minimizar os prejuízos das empresas e dos particulares, suportando a Câmara uma eventual falta de lucro dos SMAT.

O PSD achava que os Serviços Municipalizados estavam bem, financeiramente, tinham boas receitas e, por certo, conseguiriam, com a colaboração da autarquia, ajudar no pagamento das tarifas.

Sublinhou que, a nível nacional, Portalegre era o décimo sétimo concelho com a água mais cara e o primeiro, a nível público, pois todos os outros fornecedores eram privados.

Portanto, era preciso ajudar os portalegrenses naquele aspeto. Apelou ao bom senso dos responsáveis.

Posto aquilo, o PSD iria votar em conformidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote perguntou diretamente ao presidente dos SMAT, Nuno Lacão, se os serviços tinham, ou não, condições financeiras para baixarem a taxa da água aos portalegrenses e às pequenas e médias empresas do concelho, aliviando-as num ano tão problemático que se esperava? -----

O vereador Nuno Lacão respondeu que, face aos investimentos que os SMAT tinham feito e considerando a questão pandémica e a sua influência na cobrança, que tinha sido adiada, e também por não se saber o que o futuro lhes reserva naquele sentido, não considerava que os serviços estivessem em condições de fazer alterações significativas no tarifário. Sublinhou que, nos últimos quatro anos, não tinham sido feitas alterações de fundo no tarifário e os SMAT tinham compensado, anualmente, aquilo que tinham sido as subidas do preço da água e saneamento, em termos do que era fornecido.-----

João Meira referiu que nos documentos previsionais ali apresentados vertiam, de alguma forma, uma alteração de estratégia, relativamente a uma crítica já várias vezes ali feita pelo PS e acompanhada pelo PSD e pela CDU, no que tocava à aplicação dos resultados líquidos e a acumulação de receita que persistia em existir quando havia empreitadas que urgiam de intervenção inadiável.

Portanto, materializava-se agora naquela estratégia, através da aplicação dos resultados transitados, previsíveis em dois mil e vinte, cerca de um milhão de euros, na conclusão das empreitadas urgentes, quer no abastecimento, quer no saneamento e também no lançamento de promessas antigas, como no caso da fase III na Alagoa, a dos Fortios e a Rua de Portalegre na Urra, sem esquecer outros projetos mais antigos, como as estações elevatórias do Benzilhão e do Monte dos Apóstolos.

No entendimento do seu grupo, aqueles documentos concretizavam o investimento há muito reclamado e que sempre defenderam.

Outra questão importante que quis destacar foi que, na Assembleia de abril, o PS tinha manifestado preocupação, relativamente ao envelhecimento do quadro de pessoal dos SMAT. O que lhes era agora apresentado, era a criação ou provisão de oito postos de trabalho, dos quais cinco resultavam da conclusão de processos concursais que estavam a terminar e a abertura de outros três. Também aquele procedimento era uma resposta à manifestação de interesse do seu grupo partidário.

Por fim, disse que aqueles documentos previsionais materializavam uma crítica feita pelo PS, em relação à acumulação desproporcional de recursos financeiros, quando agora se verificava, na demonstração de resultados, que os SMAT, tinham chegado ao final de dois mil e vinte com cinquenta e oito mil euros de resultado líquido. Portanto, o PS considerava que o dinheiro pago pelos portalegrenses iria ser revertido nas empreitadas necessárias e no reforço do pessoal, de modo a garantir eficiência e qualidade nos serviços prestados.-----

Hugo Capote disse que o entendimento da CDU era outro. A transição do resultado líquido dos anos anteriores devia ser aplicado na redução da tarifa que os portalegrenses iriam pagar. Sublinhou que o vereador do PSD tinha feito uma proposta bem cabimentada e fundamentada, a qual permitiria alavancar a redução da tarifa.

Mesmo não sendo assim, era da opinião de que bastaria a não aplicação em tantos investimentos e reduzindo a tarifa às pequenas e médias empresas e aos particulares.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Conforme foi discutido o orçamento com a presidente da Câmara, o orçamento para dois mil e vinte e um deveria ser de aplicação dos fundos camarários nas pessoas, na tentativa de colocar alguma capacidade monetária e financeira nas mesmas.

Em conclusão, disse que os SMAT poderiam servir como instrumento para aquela capitalização dos particulares e das pequenas e médias empresas. Contudo e com aquele orçamento, tal não iria acontecer. Além de que, duvidavam da capacidade de realização dos SMAT, em todas as obras ali previstas. A CDU iria votar contra. -----

O presidente da mesa disse que a planta relativa à ARU das Carreiras foi entregue para apreciação e perguntou aos membros se estariam em condições de deliberar sobre a matéria. Não havendo oposição, seria incluído para deliberação. -----

DELIBERAÇÕES:

Voto de pesar - Dr. João Transmontano de Oliveira Miguéns - (PSD)

Os eleitos do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Portalegre apresentam a seguinte declaração de Voto de Pesar:

No dia dezasseis de outubro de 2020, faleceu o Dr. João Transmontano de Oliveira Miguéns. Mestre em Sociologia, iniciou a sua vida profissional como empregado bancário. Foi professor da Escola de Enfermagem de Portalegre. Foi, por duas épocas diferentes, presidente do Centro distrital da Segurança Social, em Portalegre. Foi presidente da Câmara Municipal de Portalegre, em dois mandatos. Foi presidente da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo. Foi ainda, durante a sua vida, dirigente desportivo e fez parte de diversos órgãos de instituições de solidariedade social.

Ao longo de toda a sua vida João Transmontano destacou-se como um “Homem Bom”, cidadão dedicado e interessado na comunidade. Amava a sua cidade e o seu concelho, cumprindo de forma dedicada as diversas funções que exerceu.

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia municipal de Portalegre delibere:

- 1- Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Dr. João Transmontano, guardando um minuto de silêncio em sua memória;
- 2- Manifestar à sua família as mais sentida condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”.

O presidente da mesa subscreveu o voto de pesar apresentado e solidarizou-se com o PSD e com todos que eram companheiros e amigos do Dr. João Transmontano. -----

Hugo Capote também quis associar-se ao anterior voto de pesar e reforçou as qualidades de presidente do Dr. João Transmontano, na altura capaz de estender diálogos com todas as forças, quer estivessem na oposição, quer no executivo, com pelouros. Realçou-o como um exemplo, perante os tempos que correm. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Voto de pesar - José Henriques - (PCP/PEV):

“No passado dia 15 de Novembro faleceu o Sr. José Henriques, figura incontornável da restauração e do turismo portalegrenses.

Natural da freguesia da Ribeira de Nisa veio para a cidade de Portalegre aos 14 anos, tendo começado a sua atividade profissional como aprendiz de merceeiro numa loja e logo passou para o atendimento numa Confeitaria, onde aprendeu a fazer gelados e bolos. O passo seguinte foi o atendimento fora do balcão e a aprendizagem do serviço de mesa no Café Luso.

É ainda antes dos anos sessenta, que se estabeleceu por conta própria pela primeira vez no Café Plátano e anos depois em simultâneo na Cervejaria Tropical (atuais instalações do Montepio Geral), servindo ainda, durante o verão, bebidas e snacks no jardim da Av. da Liberdade, na esplanada do Cedro. Vários dos mais importantes restaurantes da cidade beneficiaram da sua gestão: o “Plátano”, o “Alpendre”, o “Tarro”, o “Restaurante dos Assentos”.

Mas foi na “Quinta da Saúde”, onde permaneceu até ao seu encerramento, que alcançou o máximo reconhecimento pela qualidade do seu serviço em prol do turismo e o seu contributo para a perpetuação da qualidade da gastronomia alentejana e portalegrense.

Pelo seu percurso de vida e pela sua dedicação à cidade onde sempre viveu e trabalhou a Câmara Municipal decidiu na sua última reunião homenagear o cidadão José Henrique atribuindo o seu nome ao complexo turístico a nascer no local onde terminou a sua atividade profissional – a Quinta da Saúde.

A Assembleia Municipal de Portalegre reunida a 28 de Dezembro, decide:

1. Saudar e associar-se à decisão do executivo municipal;
2. Apresentar aos familiares de José Henrique e em particular à sua esposa, filha e netos, as mais sentidas condolências;
3. Assumir publicamente o seu pesar pela perda deste ilustre portalegrense.”

O presidente da mesa também manifestou, em seu nome pessoal e enquanto presidente daquela Assembleia Municipal, solidariedade perante os familiares e o reconhecimento de todos os portalegrenses da importância que José Henriques teve no percurso do turismo e da hotelaria, na cidade, no concelho e no país. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o primeiro voto de pesar. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o segundo voto de pesar. -----

Após deliberações, foi guardado um minuto de silêncio. -----

O presidente da mesa suspendeu os trabalhos durante dois ou três minutos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

2 – Ata n.º 26, relativa à reunião ordinária de 28 de setembro de 2020 e ata n.º 27, relativa à reunião extraordinária, realizada em 13 de outubro de 2020;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção dos membros Filipe Calha, Fernando Rebola, Henrique Santinho e Raúl Cordeiro, aprovar a ata n.º 26. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção dos membros Filipe Calha, Marco Antunes e Anabela Milhinhos, aprovar a ata 27. -----

3 – Relatório semestral (1.º semestre de 2020) da Junta de Freguesia de Urra, nos termos do n.º 3, da cláusula 7.ª, do contrato interadministrativo – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 14.10.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

4 – Relatório semestral da Junta de Freguesia de Urra, nos termos da alínea c) do n.º 2, da cláusula 6.ª, do auto de transferências de competências – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 14.10.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

5 – Orçamento e mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes para 2021;

- Deliberação da CMP de 4.11.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS e da CLIP e os votos contra do PCP/PEV e PSD, aprovar o ponto. -----

6 – Plano plurianual de investimento dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes para 2021;

- Deliberação da CMP de 4.11.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS e da CLIP e os votos contra do PCP/PEV e PSD, aprovar o ponto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

7 – Documentos das demonstrações financeiras previsionais dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes para 2021;

- Deliberação da CMP de 18.11.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS e da CLIP e os votos contra do PCP/PEV e PSD, aprovar o ponto. -----

8 – Projeto de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Carreiras;

- Deliberação da CMP de 25.11.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da CLIP, a abstenção do PS e os votos contra do PCP/PEV e PSD, aprovar o ponto. -----

9 – Repartição de despesa em mais de um ano económico - Contrato de Gestão de Eficiência Energética para a implementação de medidas de melhoria da eficiência Energética no Sistema de Iluminação Pública (SIP) do Concelho de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 25.11.2020 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

10 – Plano de Pormenor do Bonfim – lote 44 – correção material;

- Deliberação da CMP de 27.11.2020 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

11 – 4.ª Alteração modificativa ao orçamento – Revisão ao orçamento da Câmara Municipal de Portalegre (corrigido);

- Deliberação da CMP de 16.12.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da CLIP e os votos contra do PS, PCP/PEV e PSD, não aprovar o ponto. -----

12 – 4.ª Alteração modificativa às grandes opções do plano – Revisão às grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre (corrigidas);

- Deliberação da CMP de 16.12.2020 -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da CLIP e os votos contra do PS, PCP/PEV e PSD, não aprovar o ponto.-----

13 – Proposta de não aceitação da transferência de competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, para o ano de 2021;

- Deliberação da CMP de 16.12.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da CLIP e do PCP/PEV, os votos contra do PS e PSD e o voto de qualidade do presidente, não aprovar o ponto.-----

Luís Carvalho pediu a palavra à mesa e perguntou a propósito das implicações daquela votação, uma vez que o município tinha de reportar à DGAL, até final do ano, a aceitação, ou não, da transferência em causa.-----

O presidente da mesa realçou que aquela pergunta não lhe deveria ser ali colocada. Estavam em período de votações.-----

14 – Prorrogação do prazo para entrega de requerimentos para minoração do IMI, nas zonas históricas de Portalegre e Alegrete, bem como, na Zona Industrial de Portalegre.

- Deliberação da CMP de 16.12.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

Moção – “Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade”

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a moção.-----

Aprovação em minuta:

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

FALTAS: Não houve faltas a registar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a 16.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal, era 02H00, do dia 29 de dezembro do ano de dois mil e vinte e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)